

PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS EM SÃO LUÍS-MA

Natalia Gomes da Silva ¹

Terezinha de Jesus Amaral da Silva ²

INTRODUÇÃO

Observa-se que no cenário educacional, os profissionais da Pedagogia vêm ganhando novos espaços de atuação em decorrência das novas demandas sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o presente estudo aborda sobre as concepções de Educação Não Formal com um recorte específico da Pedagogia Social como uma ciência da Educação Social. Este trabalho objetivou analisar a atuação do pedagogo em três unidades dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em São Luís – MA. Para isso, fez-se necessário inicialmente abordar sobre a Educação Não Formal e um breve contexto histórico; posteriormente sobre as concepções conceituais da Pedagogia Social e sobre o CRAS como uma instituição assistencialista que abre espaço para a atuação do pedagogo.

Sabendo que a vulnerabilidade e a injustiça social são fatores que têm ocasionado prejuízos na vida muitas crianças e adolescentes que se encontram em zona de risco no cenário brasileiro, no que diz respeito aos seus direitos básicos, como saúde, educação, moradia e bem-estar, surge o interesse pela escolha desse tema devido a necessidade de mais estudos sobre uma educação com o olhar voltado para essas pessoas que se encontram nesse cenário, isto é; uma educação para além dos muros da escola.

Para respaldar a pesquisa, foram utilizadas referências teóricas como Gohn (1999), Lemme (2005), Machado (2005) e Caliman (2010). A metodologia adotada trata-se de uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa foram três pedagogas que atuam no CRAS. Os resultados da pesquisa reafirmam que o profissional da pedagogia é regulamentado e habilitado para atuar no CRAS, com competências para desenvolver diversas atividades nesse espaço, como dentro de Serviço

¹ Graduada pelo Curso de PEDAGOGIA da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, nataliagommes888p@email.com;

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, amaraldasilvaterezhadejesus@gmail.com ou autor1@email.com;

O resumo expandido é resultado de pesquisa de graduação – monografia, pela UEMA, 202.

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com palestras, planejamento e execução de atividades de integração e socialização. Apontou-se ainda, a necessidade de mais estudos na área da Pedagogia Social e valorização e reconhecimento do pedagogo em espaços não escolares.

METODOLOGIA

A proposta metodológica adotada neste estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que essa abordagem de pesquisa leva em consideração o comportamento humano, tendo como objetos de estudo os fenômenos que ocorrem em determinado espaço, tempo e cultura, e geralmente estuda os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de determinado grupo social. Ademais, essa abordagem “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2003, p.22). O método utilizado foi a pesquisa de campo de natureza exploratória. Essa tipologia de pesquisa é muito usada para realizar um estudo no qual o principal objetivo da pesquisa que será realizada é familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado (GIL, 2002, p. 41).

No que diz respeito ao instrumento da coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada, constituída com base em roteiro prévio elaborado pelo pesquisador. Uma de suas principais vantagens é a flexibilidade dada ao entrevistado ao responder as questões, permeando uma comunicação ainda melhor (MIZANI, 2004). Dessa forma, o roteiro da entrevista foi elaborado levando em consideração as questões do campo de estudo, permitindo às entrevistadas maior flexibilidade para responderem as perguntas de acordo com suas experiências, opiniões e concepções.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considera-se fundamental ao discorrer sobre a Educação, fazer referências contextuais e históricas, pois muito do que já se passou, têm influências no que se vive na atualidade, especificamente na educação do país. Sendo assim, foi feita uma breve contextualização sobre alguns marcos importantes da história da educação brasileira, fazendo-se um recorte a partir do Manifesto dos Pioneiros (1932) até o aparecimento da Educação Não Formal no Brasil.

Os pioneiros foram vinte e seis educadores que lutavam pela reconstrução da educação e contra o empirismo dominante daquela época, o documento assinado tinha como uma de suas principais características “[...] uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com respeito à personalidade de cada um, mas ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e por isso tem deveres para com a sociedade (LEMME, 2005, p. 175). Em meados da década de 30 e início da década de 40, iniciou-se no país o período chamado Estado Novo (1934-1945). O ensino nesse contexto político foi demarcado por uma grande distinção de classes sociais, em que o ensino intelectual era voltado às classes mais favorecidas e o ensino manual para as classes subalternas. Com isso, nota-se que a educação ainda tinha uma visão elitizada. Em 1942, houve a criação das escolas de profissionalização Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), direcionada principalmente para a população mais pobre. Na década de 50, a escola pública no Brasil ainda enfrentava constantes lutas para se tornar uma realidade comum. Em 1959, houve a necessidade da continuação do Manifesto dos Pioneiros de 1932, redigido por Fernando de Azevedo.

Após longos anos de discussões sobre a aprovação de um plano nacional e de uma lei que traçasse as diretrizes da educação no país, finalmente foi criada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sancionada em 20 de dezembro de 1961. No final da década de 60 e início dos anos 70, começaram a aparecer as primeiras discussões sobre a Educação Não Formal, mesmo já se tendo indícios dessa educação no país. Já nos anos 80, o Brasil evoluiu democraticamente, dando mais viabilidade e destaque para a Educação Não Formal, já que as necessidades emergiam para novas práticas educacionais, o que intensificou-a ainda mais nos anos 90, devido a urbanização e as mudanças na economia.

Traçou-se esse breve percurso da história da educação, com objetivo de dialogar seu contexto mais amplo como campo de partida da Educação Não Formal, dentro da concepção da Educação em Espaços Não Escolares. Corroborando, Gonh (1999), afirma que o foco argumentativo da Educação Não Formal são os movimentos sociais, as ações políticas militantes de grupos organizados.

Diante da necessidade de novas demandas que foram surgindo na sociedade, a Pedagogia Social com seus precursores vindos da Europa, em países como Espanha, Itália, Alemanha, França, dentre outros, também aparece no Brasil. Os estudiosos que têm buscado aprofundar conhecimentos teórico-metodológicos através de pesquisas, publicações e debates. Para um desses principais estudiosos do campo da Pedagogia Social no país, que teve participação no (I Congresso Internacional de Pedagogia Social) no Brasil, a Pedagogia Social é tida como uma “ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma Ciência sensível

à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se preocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados”(CALIMAN, 2010, p. 343). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), campo de estudo dessa pesquisa, é um órgão de proteção social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção básica, surgindo após a consolidação dos Sistema Único da Assistência Social (SUAS). É uma instituição assistencialista, considerado porta de entrada dos direitos básicos, conta com uma equipe de profissionais multidisciplinares para seu funcionamento, dentre eles o pedagogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise de dados o roteiro de entrevista foi o principal instrumento de pesquisa, referenciado nos fundamentos teórico-metodológicos abordados neste estudo. Esta análise consiste em confrontar as informações e dados encontrados através das entrevistas semiestruturadas, dos contatos informais e das visitas que foram feitas. Até o momento da realização da pesquisa, da totalidade das unidades dos CRAS em São Luís-Ma, corresponde a 20 territórios, sendo que 11 destes, contam com o trabalho do pedagogo em suas equipes multiprofissionais. Dos 11 territórios do CRAS que contem com pedagogos em suas equipes, foram selecionados, por razão de tempo e restrição sanitária, apenas 3 deles, representando um universo de 15%, que serão chamadas de PEDAGOGA 1, 2 e 3, (P.1, P.2, P.3).

Referente aos dados de identificação dos sujeitos da pesquisa, pontua-se que todas as entrevistadas são do sexo feminino, com faixa etária de 40 anos. Quanto à formação acadêmica, todas possuem graduação em Pedagogia, duas delas tendo pós-graduação. No que à primeira pauta do roteiro da entrevista, foi questionado às pedagogas sobre sua compreensão a respeito da Pedagogia Social. As respostas foram: “Área do conhecimento dedicada a estudos das questões da sociedade e que atua em diferentes âmbitos de ação e intervenção socioeducativa”(P.1). “Dedicação ao estudo de questões que afetam a sociedade e a formação para o desenvolvimento humano” (P.2). “É uma ciência que permite o pedagogo exercer o papel de fato e de direito dentro dos âmbitos educacional e social” (P.3). Percebe-se que as pedagogas possuem um olhar sensível ao objetivo da Pedagogia Social, afirmando-a como área que está voltada às práticas socioeducativas, na promoção de condições de bem-estar, de convivência, de exercício de cidadania, superação[...] (CALIMAN, 2008, p.24).

Foi questionado também sobre os motivos que as levaram a trabalhar nessa instituição social. “[...] comecei como orientadora social no programa PETI, estagiária do curso de pedagogia, e fui contratada pela SEMCAS para atuar como pedagoga social na função de

técnica do SCFV” (P.1). “Ter contato com famílias que sofrem com vulnerabilidade social; enxergar mais de perto a carência do povo e tentar minimizar essa carência” (P.2). “Por motivos de experiências assistencialistas, sempre gostei de trabalhar com ações voltadas às pessoas que estão à margem da sociedade[...]”(P.3). Nota-se nas falas das entrevistadas conformidade e coerência, pois o CRAS é um espaço que lida diretamente com o apoio das famílias. Foram questionadas sobre as funções e as atividades que desenvolvem nesse espaço: “Técnica de Referência. Inscrições de crianças, adolescentes e idosos no SISC, planejamento, monitoramento e relatório das atividades, visitas domiciliares e institucional” (P.1). Técnica de Referência. Palestras às famílias, planejamento e execução de atividades lúdicas com crianças do SCFV (P.2). “Recepcionista e Orientadora Social. [...] trabalho na recepção, com encaminhamento a psicóloga, assistente social e no acolhimento. No SCFV, como orientadora social, desenvolvo planejamento, palestras com os pais, organização de projetos”(P.3). Nota-se que a P.3 exerce suas funções em cargo de nível médio, segundo a NOB-RH- SUAS, as funções de Recepcionista são atribuições do Agente Social e Orientador Social é cargo de nível médio.

Para completar o roteiro de entrevista, foi pedido às entrevistadas que dessem sugestões à formação do futuro pedagogo visando um melhor preparação para a sua atuação em espaços não escolares. “Participação dos acadêmicos em seminários, conferências e estágios desde o primeiro período, em espaços como CRAS, organizações, empresas, etc”. (P.1). “Ter disciplinas voltadas a essa área de atuação”(P.2). “ Mais espaços que promovam experiências em diferentes espaços não escolares”(P.3). Fica evidente nas falas das entrevistadas a necessidade que a grade curricular do curso de Pedagogia tem em promover mais conhecimentos teóricos e empíricos aos estudantes em outros espaços de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre a atuação do pedagogo em ambientes não escolares, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social em São Luís-MA, tem sido muito importante nos dias atuais, atentando-se para as novas possibilidades de formação do pedagogo desde a Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006 que regulamenta o trabalho deste profissional em espaços pode ser exercido em ambientes escolares e não escolares. Considera-se rica a experiência em poder analisar a atuação do pedagogo em um espaço não escolar, esclarecendo as concepções de Educação Não Formal como um novo campo para se atender as novas demandas da sociedade. Além disso, fez-se um breve resgate da Pedagogia Social, que



segundo Caliman (2010) é uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. Estudar sobre a atuação do pedagogo em ambientes não escolares.

Por fim, considerando que a Pedagogia Social é ciência prática, normativa, descritiva, orientada para os indivíduos e grupos numa relação de cuidado e ajuda, que promove nos sujeitos a capacidade de emancipação (CALIMAN, 2010), além de ser a área do conhecimento que oferece as bases metodológicas da Educação Social, emerge estar presente nas pautas de discussões de políticas educacionais e na estrutura dos currículos para fortalecê-la com novas teorias, práticas e vivências socioeducacionais. Dessa forma, esse trabalho fez-se relevante para os estudantes de Pedagogia e faz um convite aos mesmos, bem como aos professores, educadores sociais, ou não, a contribuir com mais estudos nessa área.

Palavras-chave: Educação Não Formal; Pedagogia Social; Educação Em Espaços Não Escolares, CRAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/ CP N° 1, de 15 de maio de 2006. Brasília. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 23 de nov. 2021.

CALIMAN, Geraldo. Paradigmas da exclusão social. Brasília: Editora Universal, UNESCO, 2008.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. Revista de Ciências da Educação – UNISAL, Americana/SP, n. 23, p.341-368, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria Glória. Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

LEMME, PASCHOAL. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional Brasileira. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Texto_Paschoal_Lemme.pdf. Acesso em 13 de dez. 2021.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: Seminário



Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos 2, 2004, Bauru. A pesquisa em debates
anais... Bauru: USC. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-10, 10p.